



GÊNERO NAS ESCOLAS:

Duas décadas de
ações pelo fim do
preconceito no Brasil

GÊNERO NAS ESCOLAS:

Duas décadas de ações pelo fim do preconceito no Brasil

A recorrente e sistemática perseguição ao conceito de gênero, nos últimos anos, nos motivou a produzir este documento com o objetivo de apresentar, ainda que de forma breve, as bases conceituais da proposta de inserção do debate de gênero nas escolas.

Este texto é voltado especialmente para aqueles/as que desconhecem a trajetória deste conceito, na produção científica nacional e internacional, e talvez não tenham conhecimento das recorrentes denúncias de violência no contexto da formação escolar, que resultaram na necessidade de medidas que visam coibir a violência material e/ou simbólica nas escolas. Esse processo vem sendo desenvolvido no Brasil, desde a década de 1970 e, do ponto de vista das políticas públicas, tem como marco histórico a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, documento produzido pelo Ministério da Educação, em 1997.

As informações, cuidadosamente apresentadas a seguir, visam, sobretudo, alimentar estratégias de enfrentamento à violência e discriminação, baseadas em gênero, nas escolas e em outras instituições de nosso país, em consonância com nossa constituição federal e com a lei contra o bullying (discriminação sistemática nas escolas), de 2015.

Este documento apresenta, em linguagem acessível, os principais fundamentos que embasam este debate:

1) “Gênero nas escolas” é produto de teorias, não de ideologias

O campo de estudos de gênero tem mais de meio século de produção e alberga um conjunto de contribuições disciplinares e interdisciplinares, desenvolvidas especialmente no campo das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, reconhecidas internacionalmente pela comunidade acadêmica como produção científica.

2) Ciência, religião e política são campos distintos

Conhecimentos científicos não podem ser arbitrariamente reinterpretados por outros campos sociais, na medida em que partem de princípios, métodos e fins distintos. Além disso, num país laico, como o Brasil, devemos tanto respeitar toda e qualquer confissão religiosa, como também garantir que não haja nenhuma interferência, de base religiosa, nas orientações, ações e documentos públicos, desenvolvidos pelo Estado, em prol do bem comum.

3) Gênero não é recente, nem pertence a um único projeto político partidário

Os conceitos que embasam as teorias de gênero não são novos e não podem ser atribuídos a um partido ou a um projeto político específico. Este tipo de argumento ignora toda a longa história, além da vasta e plural bibliografia deste campo de produção científica. Ao mesmo tempo, a promoção da equidade de gênero não compreende uma agenda apenas do feminismo (de mulheres e homens) ou dos grupos LGBT e sim um compromisso do país com conceitos consagrados por esta vasta produção científica, em diálogo com documentos e sistemas educacionais e com acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário. Um desses acordos é o Plano de Ação da Conferência de População e Desenvolvimento da ONU, 1994, do qual o Brasil é signatário. Desrespeitar acordos internacionais pode gerar graves constrangimentos diplomáticos, repercutindo diretamente na imagem positiva do nosso país, em fóruns mundiais.

4) Discussões sobre gênero nas escolas também não são novidade

Como resultado de um longo processo de democratização do Brasil (após o triste e absurdo episódio da ditadura militar), em 1997, o Ministério da Educação produziu um documento que recebeu o nome de "Parâmetros Curriculares Nacionais". Este documento define seis temas transversais, que passaram, desde então, a ser abordados na educação básica brasileira: 1) ética; 2) pluralidade cultural; 3) meio ambiente; 4) saúde; 5) temas locais; e 6) educação sexual (originalmente definida como "orientação sexual").

A educação sexual nas escolas, segundo este documento, deve ser entendida como "um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados".

Esse documento deixa claro que as discussões de gênero nas escolas visam, sobretudo, abrir espaços para informação qualificada sobre os efeitos de práticas preconceituosas e questionamentos sobre mitos e tabus que reproduzem mentiras e produzem sofrimento.

5) Teorias de gênero têm sido fundamental para a promoção de direitos humanos

O conceito de gênero foi central para a institucionalização de tratados internacionais importantes e também para fundamentar legislação nacional relevante, como, por exemplo, a lei Nº 11.340/2006 (conhecida como lei Maria da Penha), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; e a Lei Nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (conhecida como lei Antibullying), que visa combater “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo [...], praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas” (art. 1º, par. 1º). Aqui se inclui tanto violência física, como também verbal, moral, sexual, social, psicológica, material ou virtual.

Do mesmo modo, as teorias de gênero fundamentaram a institucionalização do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e, portanto, o termo gênero não pode ser arbitrariamente excluído, tendo por base argumentos insustentáveis do ponto de vista científico.

6) Dados exigem respostas

Diversas pesquisas científicas têm demonstrado a urgência de enfrentar as formas diversas de discriminação, dentro e fora da escola. Por exemplo, pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), intitulada “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar”, revela que 96,5% dos/as entrevistados/as têm preconceito com relação a portadores de necessidades especiais, 94,2% têm preconceito étnico-racial, 93,5% de gênero, 91% de geração, 87,5% socioeconômico, 87,3% com relação à orientação sexual e 75,95% têm preconceito territorial. Esta pesquisa foi desenvolvida com uma amostra representativa de estudantes, pais e mães, diretores/as, professores/as e funcionários/as em escolas públicas de todo o país.

Outra pesquisa, coordenada pela socióloga Miriam Abramovay, com apoio da Organização dos Estados Íbero-americanos para a Educação e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), entre outros, intitulada “Juventude nas Escolas”, informa que a homofobia é um dos principais tipos de preconceito na escola. Dentre os estudantes, quase 19,3% afirma não querer homossexuais, transexuais e travestis como colegas de classe, sendo a rejeição maior naqueles do ensino médio.

A literatura científica, baseada em pesquisas empíricas e em leituras históricas e epistemológicas, explicita os problemas éticos e conceituais da perseguição ao conceito de gênero, nas diferentes instâncias legislativas. Leis que ignorem a produção de conhecimento científico chancelam a violência e a discriminação e deslegitimam a cidadania de um enorme contingente de pessoas.

7) O silêncio (ou a omissão) diante dos dados é cúmplice da violência

O que há nas bases das propostas de inserção do debate sobre gênero nas escolas são estudos de gênero e sobre sexualidade, produzidos a partir de critérios e procedimentos científicos, amplamente debatidos no universo acadêmico, na sociedade civil e nas instituições do Estado. Apesar desse campo de estudos, como, aliás, qualquer outro campo profícuo de conhecimento científico, nem sempre obter acordos no que diz respeito aos seus conceitos e resultados, há um consenso fortemente consolidado nas pesquisas no que diz respeito à presença das violências de gênero e da homofobia não somente nas escolas e nas universidades, como em toda sociedade, e, diante deste quadro, há necessidade de dar continuidade na produção de respostas urgentes e efetivas. Não podemos retroceder!

8) Promoção da equidade de gênero não é doutrina, é reflexão crítica!

As crianças e adolescentes não são “cabeças vazias”, nem muito menos seres passivos. São pessoas que pensam e dialogam cotidianamente sobre temas diversos da vida. O problema é que, hoje em dia, os/as estudantes têm acesso a muita informação sobre sexualidade e outros temas relacionados à sua vida, por diferentes vias, especialmente, a partir da internet, do whats app e de outros dispositivos de comunicação virtual. Mas, ter muita informação não significa ter informação de qualidade. Por isso, é fundamental que as escolas possam oferecer espaço para diálogo, para a reflexão crítica especialmente sobre mitos, tabus e preconceitos.

Isso não significa que a escola deva impor verdades ou dizer como as pessoas devem ser ou o que devem fazer. Ao contrário, a escola deve sim promover espaços para os/as estudantes refletirem sobre as implicações dos seus atos e sobre práticas de preconceito e discriminação contra outras pessoas.

Assim, a escola, como espaço de educação, não poder dizer ou doutrinar como as pessoas devem ser, mas deve dizer o que não pode acontecer na vida em sociedade. Para isso, é preciso reafirmar os princípio constitucional da igualdade e promover estratégias pelo fim do preconceito!

9) A escola e família podem ser grandes aliados pelo fim do preconceito

A família e a escola não são os únicos lugares em que as crianças e os adolescentes têm para aprender sobre a vida. Os/as estudantes têm muitos lugares a partir dos quais se constroem como cidadãos e cidadãs. Mas, certamente, a escola e a família são (ou deveriam ser) lugares de cuidado e de educação, a partir dos quais, a criança ou adolescente pode expressar suas dúvidas, receber informações e orientações, de modo que possa, com autonomia, tirar suas próprias conclusões e decidir sobre como deve agir, em sociedade. Com certeza, a escola não substitui a família. Por isso, é importante que a família esteja aberta para acolher as dúvidas e manter o canal de comunicação sempre aberto, sem violência. Por outro lado, a escola, com o volume de conhecimentos acumulados, pode ser uma grande aliada na promoção de atitudes mais solidárias e menos preconceituosas ou violentas por partes dos/as estudantes, abrindo sempre canais de comunicação que favoreçam a tomada crítica de decisão.

10) Educação de qualidade respeita a diversidade

A escola é um espaço de educação, portanto de formação para a cidadania. Educar alguém não é apenas transmitir conteúdos e esperar que os/as estudantes, passivamente, absorvam as informações. Educar é, sobretudo, estimular a reflexão crítica e a tomada de posição autônoma e responsável. O respeito e o cuidado com os outros é a base de qualquer relação social. Por isso, educação de qualidade não é aquela que pensa exclusivamente em transmissão de conteúdos ou em resultados, mas, principalmente na promoção do pensamento crítico, como forma de resistência às diversas formas de opressão.

O que é gênero, afinal?

Para você que já ouviu falar, mas ainda não sabe muito bem o que significa **gênero**, produzimos este material, com uma linguagem mais simples, que pode te ajudar a entender porque este conceito teórico é importante nas ações pelo fim do preconceito nas escolas e na sociedade em geral.

Gênero se refere, de um modo geral, aos **significados** que atribuímos aos homens e às mulheres. Esses significados são construídos socialmente (na família, na escola, no trabalho, na mídia, na rua...), mas eles mudam, ao longo da história.

O problema é que esses significados se baseiam em diferenças que são tomadas como desigualdades, gerando preconceitos, por um lado, em relação às mulheres, consideradas frágeis, sensíveis e como principais (ou únicas) responsáveis pelo cuidado dos outros, mas não de si mesmas e, por outro lado, os homens são considerados fortes, insensíveis e incapazes de cuidar nem dos outros nem de si.

Com certeza, você conhece homens e mulheres que não se enquadram nesses padrões e que, por isso, são discriminados.

Falar sobre gênero é falar sobre esses padrões culturais e sobre os preconceitos, buscando eliminar sofrimentos e discriminações.

O que é violência de gênero?

A violência de gênero se baseia na desigualdade entre homens e mulheres, construída historicamente. Por isso, no Brasil, desde 2006, existe a Lei Maria da Penha, exatamente para punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, baseada em gênero. Ou seja, baseada na desigualdade entre homens e mulheres. "Bater em mulher" antigamente, era visto como um problema menor, porque não se percebia o quanto ela é séria. Inúmeras pesquisas também revelam o alto índice de morte de mulheres, travestis e transexuais, vítimas da violência de gênero. A dimensão deste problema só ficou clara por causa dos debates sobre gênero.

O que gênero tem a ver com sexualidade?

Gênero está diretamente relacionado à sexualidade porque, antigamente, havia uma ideia de que o sexo era apenas para ter filhos. A única prática sexual aceita era a heterossexual. Quem não se encaixava neste padrão de gênero, era considerado anormal. Por isso, aquelas pessoas que não querem ter filhos e as pessoas que não se encaixam no padrão heterossexual, como as lésbicas, os gays e os bissexuais sofrem tanto preconceito e tanta violência.

O que gênero tem a ver com identidade?

Você já sabe se é um menino ou menina? Essa é uma das primeiras perguntas que se faz a uma mulher, quando ela diz que está grávida. Ou seja, mesmo antes de nascer, muitas vezes, já somos identificados a partir do nosso sexo. Algumas pessoas se adequam, com maior ou menor dificuldade, a essa identidade. Outras pessoas não. E, por causa disso, muitas vezes, são agredidas cotidianamente, em casa, na rua, nas escolas... As pessoas trans (travestis e transexuais) são aquelas que mais sofrem por não se enquadrarem nesses padrões de identidade. Por isso, as discussões de gênero são tão importantes para o debate sobre identidade. Sendo mais flexíveis em relação à identidade, certamente produziremos menos sofrimento.

Por que é importante falar de gênero nas escolas?

Por muito tempo, as pessoas que sofreram violência, baseada em gênero (entre elas, as mulheres, os gays, as lésbicas, os/as travestis e os/as transexuais) ficaram caladas, escondidas e com medo até mesmo de falar sobre seus desejos e sobre suas dúvidas, inclusive nas escolas.

A discussão sobre gênero nas escolas não é para impor nada a ninguém. É somente uma forma de refletir sobre os problemas que podem ser gerados pelo estabelecimento de papéis tão rígidos para os homens e as mulheres, em nossa sociedade.

A partir das discussões sobre gênero, podemos falar mais abertamente sobre a promoção da saúde, a superação da vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, a prevenção do abuso sexual infantil, a prevenção do assédio sexual, a gravidez entre adolescentes, sobre machismo, sexismo, racismo, entre tantos outros temas.

Foi também a partir das discussões sobre gênero que podemos pensar sobre feminilidades e masculinidades e as diversas formas de expressão da sexualidade e dos modos de ser homem ou mulher, que mudam ao longo da história, de cultura para cultura, de pessoa para pessoa. Estudar sobre gênero na escola favorece, assim, a prática do respeito entre meninos e meninas, homens e mulheres.

Alguns marcos internacionais que orientam as políticas públicas em educação, baseadas em gênero

- 1948 | Declaração Universal dos direitos humanos
- 1960 | Convenção contra a Discriminação no Campo do Ensino - UNESCO
- 1979 | Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)
- 1990 | Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien)
- 1993 | Conferência de Direitos Humanos de Viena
- 1994 | Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (conhecida como Convenção de Belém do Pará)
- 1994 | Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), Cairo
- 1995 | Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing)
- 1997 | V Conferência Internacional de Educação de Adultos
- 2000 | Compromisso de Dakar referente à Educação para Todos
- 2006 | Princípios de Yogyakarta
- 2008 | Declaração Conjunta da ONU e Resolução da OEA
- 2008 | Declaração do México – Prevenir com educação
- 2009 | VI Conferência Internacional de Educação de Adultos
- 2015 | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Alguns documentos nacionais que orientam as políticas públicas em educação, baseadas em gênero

- 1988 | Constituição Federal
- 1996 | Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- 1997 | Parâmetros Curriculares Nacionais (Temas Transversais)
- 2001 | Plano Nacional de Educação (PNE)
- 2002 | Lei do Amor Livre (Recife)
- 2006 | Lei Nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)
- 2006, 2008 e 2013 | Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres
- 2009 | Plano Nacional de Políticas para a População LGBT
- 2015 | Lei Nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (conhecida como lei Antibullying)

Falar sobre gênero nas escolas é uma forma de eliminar o preconceito e prevenir a discriminação e a violência.

Não falar sobre gênero nas escolas é o mesmo que "lavar as mãos" diante do preconceito, que gera tanto sofrimento, afinal, o silêncio é instrumento e cúmplice da violência.

Este documento foi produzido a partir de documento produzido pelos seguintes Núcleos de Estudos e Pesquisas, entidades, associações e fóruns acadêmicos: brasileiros:

- ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social (Nacional)
- ABA - Associação Brasileira de Antropologia (Nacional)
- ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Nacional)
- REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero (Regional)
- Movimento "Por todas as famílias" (Nacional)
- Grupo de Trabalho "Gênero e Saúde" da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Nacional)
- GT de Estudos de Gênero Nacional da ANPUH (Associação Nacional de História) (Nacional)
- GT População e Gênero da ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Nacional)
- GT Psicologia e Estudos de Gênero da ANPEPP (Associação Nacional de pesquisa e Pós-graduação em Psicologia)
- GEIJC - Grupo de Pesquisa "Infância, Juventude e Cultura Contemporânea" (UFMT, Rondonópolis)
- CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Rio de Janeiro)
- CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Brasília)
- CIFG - Centro do Interesse Feminista e de Gênero (UFMG, Belo Horizonte)
- CLAM - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (UERJ/ IMS, Rio de Janeiro)
- DEGENERA - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (UERJ, Rio de Janeiro)
- DEMODÊ - Grupo de Estudos sobre Democracia e Desigualdades (UnB, Brasília)
- Diversiones - Grupo de Pesquisas "Direitos Humanos, poder e cultura em gênero e sexualidade" (UFPE, Recife)
- FAGES - Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (UFPE, Recife)
- Fórum Gênero e Sexualidade na Educação (Pernambuco)
- GEMA - Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (UFPE, Pernambuco)
- GENI - Grupo de Estudos de Gênero, Sexualidade e(m) Interseccionalidades na Educação e(m) Saúde (UERJ, Rio de Janeiro)
- GEPCOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (UFPE, Recife)
- GEPEDIC - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (UNESPAR/ Paranavaí)
- GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes" sobre mulheres e gêneros (UFPA, Belém)
- GEPS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Sexualidades (UNESP, São Paulo)
- GESEC - Grupo de pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (UFS, Aracaju)
- GP - Avaliação e Intervenção PSIOSSOCIAL: prevenção, comunidade e libertação - GEPinPSI (PUCCampinas, Campinas)
- GRUPESSC - Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura (UFPB, João Pessoa)
- Grupo de estudos e pesquisas Macondo: artes, culturas contemporâneas e outras epistemologias (UFRPE/UAST, Serra Talhada)
- Grupo de Estudos em Gênero, Política Social e Serviços Sociais, (UnB, Brasília)
- Grupo de Estudos em Raça, Gênero e Políticas Públicas (UNICAP, Recife)
- Grupo de Estudos em Saúde Coletiva, Educação e Relações de Gênero (USP, São Paulo)

- Grupo de pesquisa “Gênero, Raça e Direitos Humanos” (Fundação Carlos Chagas, São Paulo)
- Grupo de Pesquisa “Sexualidades, Cuidado e Políticas Públicas” (UFU, Uberlândia)
- Grupo de Pesquisas sobre Gênero, Corporalidades, Direitos Humanos e Políticas Públicas (UEL, Londrina)
- GT Estudos de Gênero (IFPE, Recife)
- IEG - Instituto de Estudos de Gênero (UFSC, Florianópolis)
- Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças (UFMS, em Campo Grande)
- LabEshu - Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (UFPE, Recife)
- LabInt - Laboratório de Interação Social Humana (UFPE, Recife)
- LABTECC - Laboratório de Tecnologias, Ciências e Criação (UFMT, Cuiabá)
- LADIH - Laboratório de Direitos Humanos (UFRJ, Rio de Janeiro)
- LEG - Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (UFES, Vitória)
- LIEIG - Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero (UFRJ, Rio de Janeiro)
- MARGENS - Modos de vida, família e relações de gênero (UFSC, Florianópolis)
- Não Cala! Rede de Professoras e Pesquisadoras da USP pelo fim da violência sexual e de gênero (USP, São Paulo)
- NAU – Núcleo de Análises Urbanas (FURG, Rio Grande, RS)
- NAVI – Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (UFSC, Florianópolis)
- NEG - Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR, Curitiba)
- NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (UFBA, Salvador)
- NEPAIDS - Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS (USP, São Paulo)
- NEPeM - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (UnB, Brasília)
- NEPEM - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (UFMG, Belo Horizonte)
- NEPIMG - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (UFS, Aracaju)
- NEPO - Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (UNICAMP, Campinas)
- NESEG - Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (UFRJ, Rio de Janeiro)
- NESP - Núcleo de Estudos em Saúde Pública (UFPI, Parnaíba)
- NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (UFSC, Florianópolis)
- NIPAM - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (UFPB, João Pessoa)
- Nós Mulheres (UFPA, Belém)
- NUCED - Núcleo de Estudos sobre Drogas (UFC, Fortaleza)
- Núcleo “Religião, Gênero, Ação Social e Política” (UFRJ, Rio de Janeiro)
- Núcleo de Pesquisa de Gênero - Programa de Gênero e Religião (Faculdades EST, São Leopoldo/RS)
- NUFOPE - Núcleo de Formação didático-pedagógica de professores da UFPE (Recife)
- NUD - Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas (UFMG, Campina Grande)
- NUDERG - Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (UERJ, Rio de Janeiro)
- NUH - Núcleo de direitos humanos e cidadania LGBT (UFMG, Belo Horizonte)
- NUMAS - Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (USP, São Paulo)
- NUPEGE - Grupo de Pesquisas e Estudos em Gênero (UFRPE, Recife)
- NUPSEX - Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (UFRGS, Porto Alegre)
- PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero (Unicamp, Campinas)
- (R)existências e metaquestões dos marcadores de diferença (UEL, Londrina)
- Ser-Tão - Núcleo de Pesquisas em Gênero e Sexualidade (UFG, Goiânia)



mais informações:
www.genero.org.br